

ESTIGMA SOCIAL E OS SUJEITOS QUE COMPORTAM LIMITAÇÕES.

Leidiana de Castro Xavier¹

Resumo

Os estigmas acabam, de certa forma, por recair sobre os grupos minoritários, por esses possuírem menos poder dentro da sociedade. Este artigo irá nos dar um norte de como funciona o posicionamento social por meio da definição de estigma. Podemos perceber o quanto isso afeta a vida das pessoas que estão fora da norma social, principalmente as que comportam limitações. Para Goffman, o estigma está ligado à construção da identidade do indivíduo. Dessa forma, existiria a identidade social virtual, que seria idealista e normalizante, e a identidade social real, que seria para ele a quebra da expectativa social. Usamos também o termo “grupos subalternizados”, que, trazendo para a nossa realidade, tendem a ser aqueles grupos que se opõem, ou estão à margem, do que é considerado socialmente aceito pelos grupos dominantes.

Palavras-chave: Goffman. Estigma. Identidade.

Abstract

Stigma ends up, in a way, recovering over minority groups, as they have less power within society. This article will give us a guide on how social positioning works through the definition of stigma. We can affect the lives of people who are outside the social norm, especially insofar as they are perceived as much as possible. For Goffman, stigma is linked to the construction of an individual's identity. In this way, there would be a virtual social identity, which would be idealistic and normalizing, and a real social identity, which for him would be a breach of social expectation. We also use the term “subalternized groups”, which are considered for our reality, tend to be the groups that place themselves, or are considered socially accepted by the groups that are dominant.

Keywords: Goffman. Stigma. Identity

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Introdução

Com o auxílio de textos selecionados e relatos de observação pessoal o presente artigo busca, utilizando da visão de Erving Goffman² sobre estigma, para pautar os desafios enfrentados por pessoas que possuem algum tipo de limitação, entendendo que as relações sociais acabam sendo formadas por hierarquias, onde aqueles que obtêm mais poder acabam por tomar decisões por aqueles que têm menos.

A partir do advento do capitalismo, o dinheiro e *status* passaram a ser fatores limitantes das relações sociais e a partir disso criam-se regras e padrões a serem alcançados para se encaixar na sociedade. Como fator de reação criar padrões acaba, também, por criar preconceitos, tendo em vista que nem todos serão capazes de alcançar e atingir as metas sociais impostas.

Ninguém nasce igual, todos acabamos por sermos diferentes em algum aspecto seja pela criação ou a forma como enxergamos o mundo, contudo a sociedade tende a julgar tudo que ela considera diferente ou estranho as normas estabelecidas, dessa forma dificultando a vida e a vivência de algumas parcelas da população. No ocidente pessoas que comportam limitações são muito julgadas, sejam pelo o que as pessoas esperam que elas sejam ou por elas não atingirem um padrão social aceitável. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU)

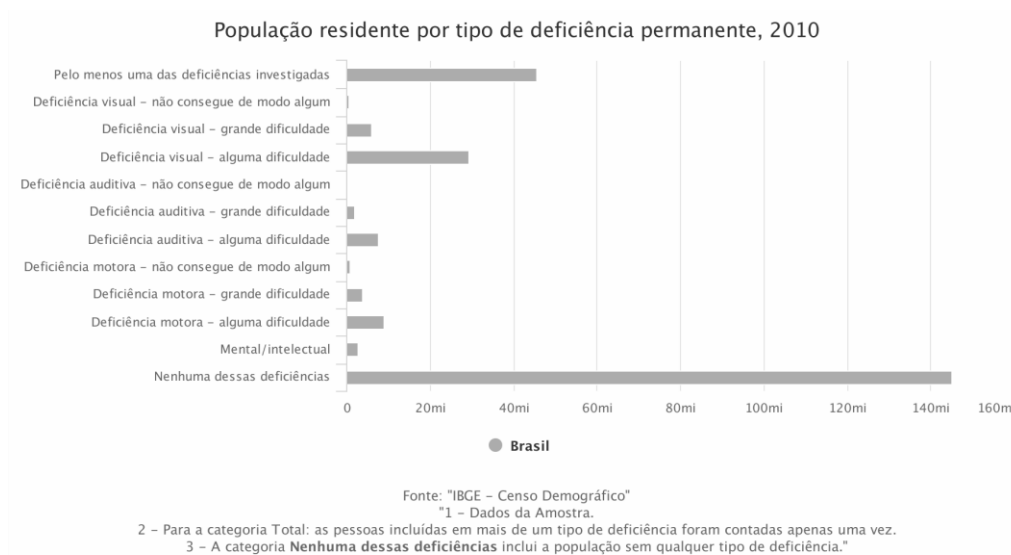
O termo 'deficiente' designa toda pessoa em estado de incapacidade de promover por si mesma, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida pessoal ou social normal, em consequência de uma deficiência congênita ou não de suas faculdades físicas ou mentais. (Organização das Nações Unidas, 2006)

De todo modo, é importante que essas tenham a possibilidade de uma vida "normal", tendo em vista que o próprio conceito de normalidade é relativo; e com base no Censo Demográfico de 2010 (IBGE), podemos perceber que cerca de 25% da população brasileira possui algum tipo de deficiência (gráfico 1). E a partir dessa visualização precisamos observar as formas que o Estado e a sociedade usam para

² Cientista social, antropólogo, sociólogo e escritor canadense. Uma das suas obras mais famosas é "A representação do Eu na vida cotidiana" de 1956.

tornar possível e confortável a vida dessas pessoas, garantindo que todos os direitos humanos e civis sejam garantidos da forma mais íntegra possível. Um aspecto que promove a socialização é a educação em um ambiente escolar e este, por sua vez, promove um ingresso no mercado de trabalho, todos esses ambientes precisam ser adequados e acessíveis para a população, todavia vivemos em uma

Gráfico 1



sociedade meritocrática, que nos julga por capacidade física e mental, além de impor padrões de beleza inalcançáveis para a grande maioria das pessoas.

Outro fator a se avaliar seriam os quantitativos por raça, de acordo com o documento "Retratos da deficiência no Brasil" - parceria entre a fundação Banco do Brasil e Fundação Getúlio Vargas - diz que

13,78% dos brancos apresentam alguma deficiência, enquanto entre os negros chega a 17,47%, semelhante a dos índios (17,06%). Negros e índios apresentam também maiores taxas de incapacidade, 3,1% e 2,8%, respectivamente, enquanto as menores foram obtidas pelos amarelos (2,4%) e brancos (2,5%) o que pode ser reflexo de menor acesso e consumo dos serviços de saúde desses dois extratos da população. p. 3

Dessa forma é importante pensar como essas parcelas da população se desdobra para fazer parte da sociedade e quais os mecanismos utilizados pelo Estado para auxiliar na inclusão. Para entendermos melhor como funciona o posicionamento social trazemos o significado de estigma e como isso afeta a vida das pessoas que estão fora da norma social, principalmente as que comportam limitações.

Elementos teóricos e metodológica de análise

Desse modo, de acordo com os estudos de Melo (2000), estigmas, para Goffman, são identidades deterioradas, por uma ação social, que representam algo mau dentro da sociedade e, por isso, deve ser evitado (*apud* Cardoso, 2011), contudo a construção desse ser estigmatizado está pautada por todo um processo de localização da sociedade relacionada, além de que a classificação negativa surge nos grupos sociais por determinação da parcela social que possui poder

Becker & Arnold (1986) definem poder como prestígio, riqueza e habilidade de manter o controle social sobre alguém. E é esse sistema que engloba o processo que envolve a sociedade e o estigma, pois, a sociedade, nesta compreensão, tem o poder de impor suas normas, valores e crenças sobre as pessoas com menos poder. (Cardoso, 2011 p. 99)

Até o século XVIII existia uma visão muito limitada do que seria esse poder, seria, basicamente, o exercício da força e da obediência para com o Estado baseado na punição física, contudo a partir das aulas de Michel Foucault³, que, posteriormente, viraram livros, começasse a pensar esse poder para além das instâncias físicas, dessa forma, o autor afirma

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (Foucault, 1989 p. 182)

Baseado nisso, Foucault começa a nos apresentar como outras instituições coordenam e fazem esse poder se manifestar, tendo em vista que, para o autor, o poder existente, principalmente, nas relações sociais, e em como há, dentro desses sistemas, um controle de vida dos indivíduos - esse seria o conceito mais básico de Biopoder⁴. De todo modo, passamos a perceber, por exemplo, a instância escolar como um espaço que exerce um poder disciplinar⁵, levando em conta que, possui uma hierarquia, uma sanção normalizadora (todos fora desta sofrem punições) e exames que classificam e categorizam o indivíduo. Dessa forma, pensamos aqui o poder a partir dessa visão.

³ Historiador, filósofo, teórico social. Foi professor no Collège de France, de 1970 até 1984. Sua obra mais renomada é "Microfísica do Poder" de 1978.

⁴ Ver no livro Microfísica do poder de Michel Foucault

⁵ Ver no livro Vigiar e Punir de Michel Foucault

Retornando a Goffman, para esse autor existem três categorias de estigmatizados, aqueles que possuem alguma deficiência física; os que possuem, que ele chama de desvio de caráter, que seriam pessoas com deficiência intelectual ou neurológica, criminosos etc.; e os estigmatizados que estão ligados à religião ou nação. Além do mais, o estigma é algo processual e está restrito a um período de tempo dessa forma "um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso" (GOFFMAN, 1980 p. 13).

De todo modo, ainda para esse autor o estigma está ligado a construção da identidade do individual, dessa forma existiriam a identidade social virtual - que seria idealista e normalizante e a identidade social real, que seria a quebra da expectativa social, a partir disso

Sugeriu-se inicialmente que poderia haver uma discrepância entre a identidade virtual e a identidade real de um indivíduo. Quando conhecida ou manifesta, essa discrepância estraga a sua identidade social; ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo. (GOFFMAN, 1980 p. 28)

Tendo em vista isso, os estigmas acabam por recair sobre os grupos minoritários por estes possuírem menos poder para decidir o padrão do que a outra parcela da população, de tal modo que a parcela "poderosa" não quer - e não vai - abrir mão do *status* e do privilégio que possuem.

Elias Norbert⁶ nos traz uma visão geral do que seriam, para ele, esses grupos subalternizados, em seu livro "Os estabelecidos e os *Outsiders*" ele traz uma análise de um sociedade onde existem três bairros, dois mais antigos e um mais novo, esse bairro mais novo acaba sendo chamado de loteamento e sofre marginalização por parte dos outros dois. Trazendo isso para nossa realidade podemos considerar que subalternos acabam sendo aqueles grupos que se opõem ou estão à margem do que é considerado socialmente aceito pelos grupos dominantes. Um outro autor que exemplifica melhor os *Outsiders* é Howard Becker⁷, apesar de não usar o termo com o mesmo significado de Elias há semelhanças entre ambos, tendo em vista que, para Becker o *Outsider* é um desviante da norma social, dito isso o "desvio não é uma

⁶ Sociólogo alemão que fugiu do nazismo, passou um período na França até se estabelecer na Inglaterra, uma das suas obras mais importantes é "O Processo Civilizatório" de 1939

⁷ Atualmente com 93 anos é um sociólogo americano que leciona na Northwestern University. Becker fez contribuições importantes para a sociologia do desvio. Uma das suas obras é "Outsider" de 1963

qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele. (BECKER, 2008 p 27).

Ainda em Becker (2008), podemos perceber que ele acredita que as regras sociais são criadas por grupos específicos que através de negociações políticas atingiram o poder, dessa forma, o grupo dominante determina o que é funcional ou disfuncional no contexto social e, por sua vez, definem os *Outsiders*. Ademais, todos aqueles que não fazem parte do grupo dominante são sujeitos a seguirem essas regras das quais eles não fizeram parte da construção.

Diante do exposto, focaremos aqui em um grupo específico de pessoas, as pessoas com alguma deficiência física e/ou intelectual/neurológica.

Para Puppín (1999) o próprio termo “deficiência” é considerado algo que faz parte da modernidade já surgindo com o significado de incapacidade, a problemática maior aparece quando tenta-se relacionar deficiência a diferença e englobam ambas dentro da esfera política da democracia, e tendo em vista que a democracia prevê igualdade para todos, pode ser um conflito ter que perceber “a ideia de que igualdade” como “significar tratamento diferente para os diferentes – sem que essa ideia passe pelo prisma paternalista e caritativo que tradicionalmente a delimita”. (p. 246). Dessa forma, não se torna efetiva as ações políticas que se relacionam a esse grupo, pois a democracia deveria ser sobre equidade, as diferenças deveriam ser tratadas a partir de análises específicas dos seus casos para que o regime se torne justo para todos. Ainda para essa autora, como para Foucault, o sistema educacional, apesar de ter se adaptado minimamente, ainda trata de categorizar e classificar as pessoas

Trata-se da designação dos "deficientes" como "portadores de deficiência", seguindo a tentativa simbólica de separar a parte "problemática" do ser da sua totalidade pessoal. Essa é a outra face da moeda do comportamento geral da identificação do problema com a totalidade da pessoa – que é exatamente a marca definidora do estigma. (Puppín, 1999 p. 247)

Um ponto importante ao tratar de pessoas estigmatizadas é pensar no seu processo de socialização e desenvolvimento e como isso afeta as suas relações cotidianas

Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular. Uma outra fase é aquela na qual ela aprende que possui um estigma particular e, dessa vez detalhadamente, as consequências de possuí-lo. (GOFFMAN, 1980 p. 41)

Desse modo, as pessoas que comportam limitações vivem cercadas pelo estigma desde a infância, tanto pelas ações dos pais, quanto da sociedade no geral elas

acabam por absorver e internalizar as características do estigma, muitas vezes se colocando para baixo e não atingindo todo o seu potencial

As políticas afirmativas e o atraso escolar

O art. 5º da Constituição federal de 1988 garante que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...]”, de todo modo, as sociedades passam a questionar o real significado de igualdade, tendo em vista que vivemos em um mundo meritocrático e a oportunidades acabam não sendo iguais para todos, dessa forma passamos a buscar estratégias que tornem as situações mais acessíveis e justas para a parcela menos favorecida da sociedade.

as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. (GOMES, 2001 p.6)

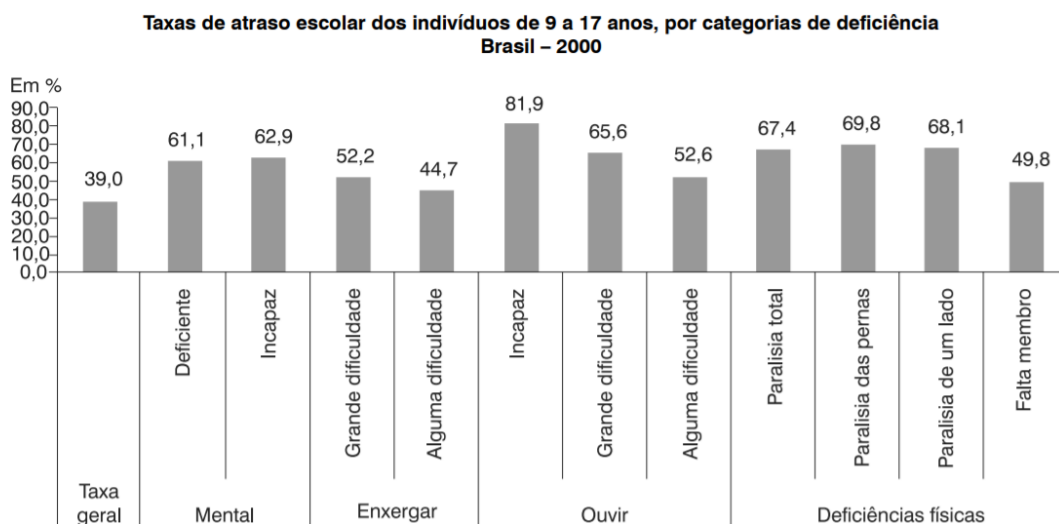
A partir dessa definição podemos compreender a importância das políticas afirmativas para a manutenção dos direitos civis e sociais das pessoas. Essas ações, quando se trata de pessoas com deficiência, estão mais relacionadas à inserção no mercado de trabalho. No serviço público, de acordo com a Lei 8.112, de 11.12.90, art. 5º parágrafo 2 reserve, obrigatoriamente, 20% das vagas dos concursos públicos para pessoas com deficiência, assim como a previdência social também dispõe de lei que impõe a inclusão dessa cota dentro das empresas privadas. Contudo, para que as pessoas tenham acesso às políticas de inclusão trabalhistas é preciso que tenham algum nível específico de escolaridade. O censo de 2010 afirmou que apenas 28% das pessoas com deficiência e em idade de trabalhar estavam na força de trabalho contra 66% daquelas sem deficiência levando em conta que 67% da população com alguma deficiência não têm/tinham instrução alguma ou tinham apenas o ensino fundamental incompleto, sendo que, entre as pessoas sem deficiências, esse percentual chegava a 30%.

Em sua pesquisa com pais e professores de uma escola de educação especial no Rio de Janeiro Puppín (2019) afirmou a que há um “quadro de escassez de modalidades de atendimento educacional especial no momento da escolarização dos ‘deficientes’” principalmente quando se trata de escolas ‘comuns’ que, por vez, não possuem uma política educacional adequada para receber estudante portadores de deficiência. Apesar do estudo dessa autora não se tratar de um debate comparativo e analítico entre escolas ‘comuns’ e ‘especiais’ ela deixa claro que na percepção de que

nenhum recurso educacional, seja integrado ou segregado, pode a priori ser considerado o melhor para toda e qualquer criança, pois todos eles oferecem vantagens e desvantagens. O recurso mais adequado será aquele que for mais compatível com as necessidades educacionais e a situação ambiental total de cada aluno. (Mazzotta, 1982 *apud* Puppín, 2019 p 256)

Nos anos 2000 os índices de atraso escolar por pessoas com deficiência eram alarmantes, até porque as políticas educacionais eram ainda mais defasadas. Com base na análise dos dados do censo daquele ano, as taxas de atraso específico para pessoas com deficiência ainda eram muito superiores à população “comum” na mesma faixa etária, além de que apenas duas das categorias tinham menos de 50% pessoas em atraso, as outras categorias estavam entre 60% e 80%. (gráfico 2)

Gráfico 2



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

De acordo com o relatório “Retratos da deficiência no Brasil” as pessoas com deficiência estão um ano atrás das sem deficiência e as taxas de pessoas que nunca frequentaram a escola chegam a 60,3% se juntarmos as pessoas com deficiência e

as que possuem alguma incapacidade, enquanto para pessoas sem deficiência essa taxa é de apenas 16,3%.

Pessoas com deficiência e aquelas com percepção de incapacidade concluem com menos frequência as séries em idade hábil, e interrompem o processo educacional, especialmente, na fase de alfabetização. Um reflexo é a maior taxa de matrícula em alfabetização de adultos, uma vez que cerca de 32% e 11% do total das matrículas nesse nível de ensino são de pessoas com deficiência e pessoas com percepção de incapacidade, respectivamente. (Retratos da deficiência no Brasil, p. 4)

No gráfico 3, podemos observar que a categoria de deficiência auditiva é onde encontramos as taxas mais altas de haver alguma possibilidade de atraso, isso se deve porque é a partir da linguagem que o ser humano transmite e organiza seus pensamentos e o processo de desenvolvimento desta é facilitado pela audição, logo as crianças surdas sofrem desafios referentes a isso, tendo em vista que nos primeiros meses de vida a surdez pode não ser percebida pelos pais/responsáveis. Além de que essas crianças encontram outras dificuldades no ambiente escolar já que, na maioria das vezes, os ambientes educacionais não possibilitam as mesmas condições de alfabetização que para crianças ouvintes. E apesar de as leis⁸ de educação inclusiva reconhecerem LIBRAS como uma língua oficial, a maioria das escolas 'comuns' utilizam-na apenas como um recurso pedagógico impossibilitando o desenvolvimento parcial ou total da comunicação do discente.

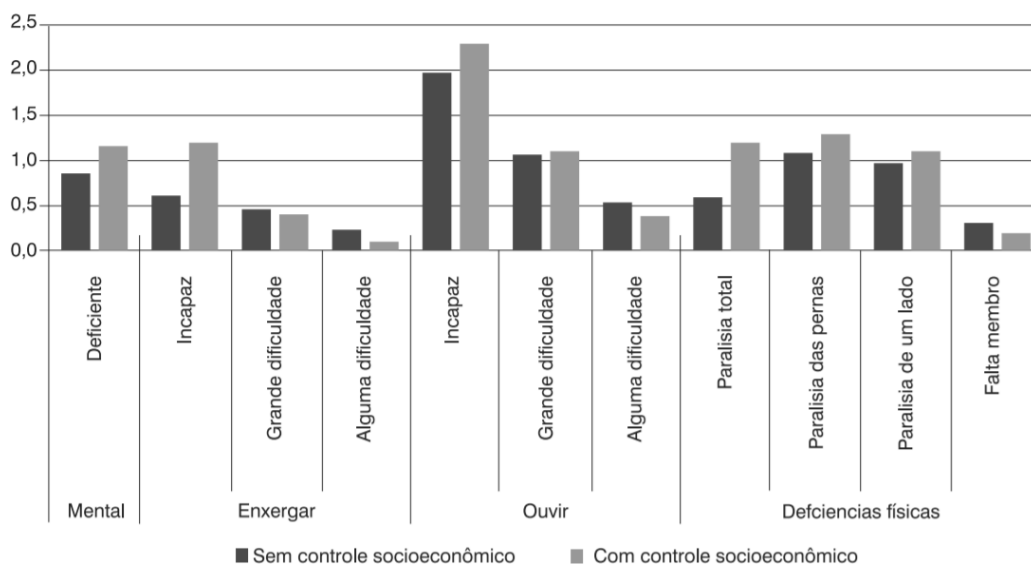
Uma das preocupações de Puppín (2019) está relacionada a escolarização de jovens maiores de 14 anos,

escolarização dos jovens maiores de 14 anos, portadores de deficiência: seriam inferiores em número os altamente comprometidos pela inviabilidade familiar de prolongar, por toda a vida, o nível de dedicação concentrado que é posto na infância (PUPPIN, 2019 p 250)

Gráfico 3

⁸ LEI Nº10. 436 DE 24 DE ABRIL DE 2002 - Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Coeficientes das categorias de deficiência dos modelos de atraso escolar II-A e II-B, para indivíduos de 9 a 17 anos
Brasil – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Isso ocorre porque, por vezes, a família não tem como sustentar a relação de dependência e de necessidades desse jovem fora do ambiente doméstico, até porque muitos familiares abdicam dessa responsabilidade, quando falamos de famílias de classe média, por exemplo, uma grande parte contrata alguém para ser responsável por aquela criança para que a família não tenha que ter nenhuma responsabilidade direta, por ser cercados pelo estigma algumas pessoas preferem esconder que tem parentes com deficiência, além de que muitos também reproduzem falas que fortalecem o estigma, mesmo que por vezes tentem disfarçar.

Puppin (2019), destaca outros problemas como, por exemplo, a questão do abandono paterno em relação a crianças com deficiência, e a partir disso as mães passam a serem, exclusivamente, as responsáveis pelo cuidado e educação dessa criança, isso ocorre, principalmente, com mulheres de baixa renda. Muitas mães e responsáveis optam por passar o dia na escola devido às necessidades dos filhos, dessa forma impossibilita a geração de renda por parte dessas mulheres⁹. Outro problema, destacado pela autora, são as negligências médicas que acabam por causar distúrbios ou deficiências, causando um mal estar de adaptação que acaba sendo corroborado pelos estigmas.

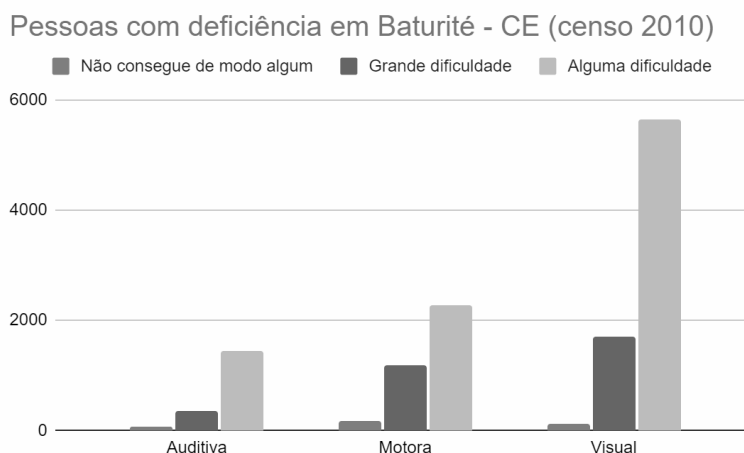
⁹ Não estamos aqui para discutir a dificuldade que passam as mães, mas é importante salientar o quanto as dificuldades financeiras trazem problemas para vida das pessoas, apesar do tratamento hospitalar gratuito (SUS) algumas outras coisas podem ser necessárias para a vida digna de portadores de deficiências e suas famílias, que além desses gastos extras com cadeiras de rodas, suportes etc., ainda precisam do básico em alimentação e moradia para sobreviverem.

Segundo dados de 1995 da Organização mundial de saúde (OMS) dentre as causas das deficiências destacam-se os transtornos congênitos e perinatais (16,6%), que podem ser consequência da falta de assistências às mulheres na gravidez; as enfermidades transmissíveis (16,8%); as enfermidades crônico-degenerativas (21%); as alterações psicológicas (6,6%); o alcoolismo e abuso de drogas (10%); causas externas (18%); e desnutrição e outras (11%). Quanto a essa última, estima-se que 250 mil crianças por ano se tornam cegas por causa de deficiências crônicas de vitaminas. (Cesário, 2001 *apud* Relatório da deficiência no Brasil p. 22)

Deficiências e a vida no interior

Quando pensamos na forma que as políticas públicas funcionam nas grandes cidades devemos pensar também em como elas funcionam nas cidades do interior, que, por vezes, por conta da falta de acesso à informação. Com base no censo de 2010, na cidade de Baturité, Ceará, neste ano haviam 13.566 pessoas com algum tipo de deficiência, em uma população de 33.321 habitantes (gráfico 4). Dentre essas podemos visualizar que as pessoas que possuem alguma deficiência visual são a maior parte dessa população, então quais são as políticas sociais adotadas para a melhora da condição de vida dessas pessoas? Até então não temos resposta para essa questão.

Gráfico 4



fonte: gráfico montado pelos autores com base em dados do censo do IBGE de 2010

Outro dado importante, do qual não se encontra no gráfico, são a quantidade de pessoas com alguma deficiência intelectual/neurológica que na época chegavam a 591 pessoas, menos de 1% da população local, contudo esse tipo de deficiência

sempre foi muito negligenciada e havia pouca informação acerca desta, por esse motivo a forma de tratamento a essas pessoas era muito limitada e acusatória.

O transtorno do espectro autista (TEA) é um grupo de distúrbios do desenvolvimento neurológico de início precoce, caracterizado por comprometimento das habilidades sociais e de comunicação, além de comportamentos estereotipados. Embora definido por estes principais sintomas, o fenótipo dos pacientes com TEA pode variar muito, abrangendo desde indivíduos com deficiência intelectual (DI) grave e baixo desempenho em habilidades comportamentais adaptativas, até indivíduos com quociente de inteligência (QI) normal, que levam uma vida independente. Estes indivíduos também podem apresentar uma série de outras comorbidades, como hiperatividade, distúrbios de sono e gastrintestinais, e epilepsia. (GRIESI-OLIVEIRA, 2017, s/p)

Como disse a autora GRIESI-OLIVEIRA (2017), existem vários aspectos dentro do espectro autistas e vinculando ela a fala da senhora podemos ver a estigmatização dessas deficiências, mas não só, vemos também as questões referentes às adequações impostas o quanto é preciso se encaixar em algum padrão para ser caracterizado ou não com algum tipo de problema ou limitação, sendo que dentro do espectro autista existem vários graus e em caso de qualquer dúvida é importante procurar um especialista. Se até uma pessoa que convivia significativamente com alguém dentro do espectro ainda tinha falas acusatórias e convicção do que se tratava - mesmo estando equivocada -, uma pessoa sem informação ou convivência nenhuma poderá ter opiniões muito mais dolorosas.

Algo que acontece muito nas regiões do interior são as violências verbais explícitas, as pessoas não tem muito filtro na hora de maltratar alguém verbalmente, então as “piadinhas” são muito comuns, para além da dificuldade de tratamento em relação das deficiências ainda tem o fator da saúde mental dessas pessoas. Ter, por exemplo, transtorno de déficit de atenção (TDA) - que se enquadra como uma deficiência intelectual - na escola é algo visto com motivo de chacota para as crianças e adolescentes, porque eles sabem que as outras crianças são más e vão fazer piada em relação as suas dificuldades de aprendizagem e a sabem, também, que a escola não vai tomar atitudes efetivas em relação a esse *bullying*, pois, ela própria, por vezes, não está preparada para receber e dar suporte àquele aluno. Isso também ocorre com estudantes com outras deficiências. O ensino no interior se torna mais precário por conta da falta de recurso que acomete esses ambientes, mas parando de falar só da escola, em locais como Baturité que é uma cidade serrana, que possui vários altos e curvas não existe adaptação para a movimentação de pessoas com deficiência motora, por exemplo.

Não há uma vistoria do município nem uma preocupação para com o bem estar lúdico dessas pessoas, pois cidadania é feita muito mais do que de um documento, o estado deve ceder todos os meios para que a pessoa tem saúde, educação e lazer de qualidades, tem muito mais sobre viver do que apenas sobreviver, então falta os governantes pensarem um pouco sobre como podem adaptar aos locais para atender a essas pessoas, até o nivelamento das calçadas poderias ajudar não só as pessoas com deficiência mas a população no geral.

Conclusão

Diante do exposto, podemos perceber que os estigmas estão presentes em todos os âmbitos sociais e que as pessoas com menos recursos acabam sendo sujeitadas a eles para que uma outra parcela da população mantenha suas condições e privilégios. Apesar da evolução e das políticas de inclusão torna-se muito difícil descolonizar as mentes para aceitarem as diferenças como algo habitual. O ser humano tende a julgar o diferente/estranho, faltam visões detalhadas das situações. Colocar as pessoas em quadradinhos e esperar que elas sejam ou cumpram algo previamente imposto à risca é totalmente irreal. Desse modo, Goffman nos traz o conceito de estigma através dessa visão interacionista e relacional, nos instigando e a ver e compreender as raízes de nossos problemas sociais, portanto lutar por mais direitos de inclusão e por novas formas de aprendizagem é essencial. E incluir quer dizer inserir essas pessoas na sociedade de forma equivalente e justa onde possam usufruir do lazer, da educação e do mercado de trabalho de forma apropriada para suas realidades.

Ademais a medicina precisa ser mais humanizada, é preciso ser empática para não acabar negligenciando os pacientes e familiares, além de que o Estado precisa criar políticas econômicas que alcancem todas as parcelas da população, pois como vimos pessoas negras e crianças de baixa renda acabam sendo mais acometidas por deficiência por conta da negligência do Estado com a sua população. Sem contar os problemas específicos de realidade como as dos interiores dos estados. Por fim, muitos estudos na área ainda são necessários para se encontrar a solução para o real problema, contudo o primeiro passo já foi dado, basta agora seguirmos em frente.

Referências

- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2008.
- BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança**. Ed. da Univ. de São Paulo, 1996.
- CARDOSO, Ranyella de Siqueira-Hélio. **O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana**. *Imagonautas* 2 (1) / 2011 // pp. 92-113
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>.
- DINIZ, M. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GRIESI-OLIVEIRA, Karina; SERTIÉ, Andréa Laurato. **Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético**. *Einstein (São Paulo)*, v. 15, p. 233-238, 2017.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- IBGE, Censo Demográfico 2010.
- IBGE. Censo de 2010. acessar em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>
- Ministério da saúde. 2019 acessar em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/arquivos/cinthia-ministerio-da-saude>
- PUPPIN, Andrea Brandão. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 50, n. 1, mar./jun., 2019, p. 475–524.

Retratos da deficiência no Brasil. Fundação Banco do Brasil e Fundação Getúlio Vargas. Acessar em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/22039/Sumario-Executivo-Diversidade-Retratos-da-Deficiencia-no-Brasil.pdf>

World Report on Disability. 2011.

Constituição Federal de 1988.